

Proibição de rolagem da dívida pode levar estados à falência

Joyce Jane

O equilíbrio do endividamento dos estados está ameaçado. A regulamentação que ampara a emissão de Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LFTes) não permite que os estados vendam títulos para cobrir o pagamento de juros de seus papéis. Assim, se um estado emitiu um montante de LFTes de 100 após o Plano Verão, na hora de resgatar ele vai ter que pagar, por hipótese, 120 (devido aos juros de 20% ao mês), mas só pode revender ao mercado os mesmo 100 do começo. Ou seja, se nada mudar, os estados terão que começar a resgatar parte de suas dívidas. Só que a maioria deles não tem caixa para isso.

José Teixeira Mendes, presidente da Distribuidora de Valores do Estado do Rio de Janeiro (Diverj) informa que o Estado do Rio já entrou em contato com o Banco Central a fim de modificar essa situação. "Essa decisão parte do pressu-

posto que a inflação será zero. Se isso não for modificado, os estados começarão a quebrar", alerta ele.

No caso do Rio de Janeiro, a dívida estadual está em NCz\$ 808 milhões (sem contabilizar os juros pagos depois do Plano Verão). Grande parte desse montante está na carteira da Diverj e sendo financiada diariamente no mercado — com recursos, principalmente do Banco do Brasil —, mas Mendes explica que não importa se a dívida está com investidores finais ou sendo rolada no dia-a-dia.

"Com investidor ou em mercado, o que interessa é que daqui a pouco vamos precisar emitir novos títulos para rolar o que está vencendo e essa legislação não permitirá que se venda o volume suficiente para se pagar o que vai vencer", avisa ele.

O que está acontecendo é que, assim como a dívida federal, há muito tempo que se paga título com venda de outro

título. Ou seja, quando vence um volume de 100 de papel se emite mais 100 para pagar o montante que deveria estar sendo resgatado. É o que se chama rolagem da dívida. Porém, se há uma limitação legal impedindo essa rolagem total, os estados terão que colocar dinheiro de fato para conseguir honrar seus compromissos. Só que a maioria dos estados, no momento, tenta conseguir autorização do governo para fazer emissões adicionais, devido aos crescentes déficits estaduais.

Por isso, os estados entraram em contato com o Banco Central e tentam fazer o governo federal rever sua posição. Enquanto isso não se resolve, quanto mais a taxa de juros do overnight sobe, mais se agrava a situação das dívidas estaduais. "Não acredito que essa regra perdure por muito tempo. O Banco Central já está revendo a questão", garante Mendes.